

Este material foi testado com as seguintes questões de acessibilidade:

- PDF lido por meio do software *NVDA* (leitor de tela para cegos e pessoas com baixa visão);
- Guia da *British Dyslexia Association* para criar o conteúdo seguindo padrões como escolha da fonte, tamanho e entrelinha, bem como o estilo de parágrafo e cor;
- As questões cromáticas testadas no site *CONTRAST CHECKER* (<https://contrastchecker.com/>) para contraste com fontes abaixo e acima de 18pts, para luminosidade e compatibilidade de cor junto a cor de fundo e teste de legibilidade para pessoas daltônicas.

Cursinho Popular Comunidade FazArte: Uma Experiência no Campo da Extensão Popular

Community Course Comunidade FazArte:
An Experience in the Field of Community Extension

Curso Popular Comunidade FazArte:
Una Experiencia en el Campo de la Extensión Popular



Geisa Nunes de Souza Mozzer

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil
geisa_nunes_mozzer@ufg.br



Alessandra Oliveira Machado Vieira

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil
alessandra_vieira@ufg.br



Filipe Milagres Boechat

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
filipeboechat@gmail.com

Resumo: O Cursinho Popular Comunidade FazArte existe na Universidade Federal de Goiás desde 2006. À primeira vista, trata-se de mais um pré-vestibular comunitário, uma vez que está voltado aos processos de aprendizagem e desenvolvimento de estudantes da educação básica e de baixa renda, visando seu ingresso em instituições públicas de ensino superior brasileiras. Mas o resgate da história do FazArte mostra que o projeto vai além ao buscar, mediante estratégias diversas de ensino e variados processos grupais, contribuir para a conscientização, a organização política e a formação cultural de jovens trabalhadores. O presente relato de experiência busca apresentar um pouco da história desse projeto com o intuito de contribuir para a

preservação de sua memória, para os debates atuais sobre extensão e para a discussão sobre a importância da educação crítica e classista para a transformação da universidade brasileira num espaço democrático, inclusivo e, sobretudo, popular.

Palavras-chave: Educação. Educação Popular. Extensão Popular. Formação de Professores.

Abstract: The community course "Comunidade FazArte" has existed at the Federal University of Goiás since 2006. At first sight, it is another community pre-university entry course, as it is aimed at teaching and developing Middle and High School low-income students so they can gain entrance into Brazilian public universities. But FazArte's history shows that the project goes further, by employing different teaching strategies and varied collective methodologies which contribute to the political awakening, organization and cultural growth of young workers. This report, retelling a personal experience with the project, introduces a little of the history of this project, with the goal of contributing to the preservation of its legacy and promote the current debates on Extension programs, as well as to promote the discussion about the importance of critical and class education to transform the Brazilian university space into a democratic, inclusive and, above all, community driven space.

Keywords: Education. Community Education. Community Extension. Teacher training.

Resumen: El Curso Popular Comunidade FazArte existe en la Universidad Federal de Goiás desde 2006. A primera vista, es un curso preuniversitario comunitario más, ya que está orientado al aprendizaje y desarrollo de estudiantes de Educación Básica y estudiantes de escasos recursos, mirando su entrada en instituciones públicas de Educación Superior. Pero la recuperación de la historia de FazArte muestra que el proyecto va más allá al buscar, a través de diferentes estrategias de enseñanza y variados procesos grupales, contribuir a la conscientización, la organización política y la formación cultural de jóvenes trabajadores. Este relato de experiencia busca presentar un poco de la historia de este proyecto para contribuir a la preservación de su memoria, a los debates actuales sobre Extensión y a la

discusión sobre la importancia de la educación crítica y de clase para la transformación de la Universidad brasileña en un espacio democrático, inclusivo y, sobre todo, popular.

Palabras-clave: Educación. Educación Popular. Extensión popular. Formación de profesores.

Data de submissão: 01/10/2021

Data de aprovação: 19/11/2021

Introdução

O Cursinho Popular Comunidade FazArte é um dos mais antigos projetos de Extensão da Universidade Federal de Goiás (UFG). Criado em 2005, fora dos muros da UFG, e cadastrado na Universidade, em 2006, o projeto permanece ativo até os dias atuais. Nele, educadores populares ministram aulas para estudantes da Educação Básica e de baixa renda visando contribuir para seu ingresso em instituições públicas de Ensino Superior brasileiras. O projeto também busca contribuir para uma preparação crítica desses estudantes antes da passagem à vida universitária e para a formação da identidade de educador popular nos estudantes dos cursos de licenciatura da UFG.

Os educadores populares do FazArte, estudantes dos mais variados cursos de licenciatura da UFG que atuam no Cursinho de forma militante e voluntária, entendem que devem contribuir para a educação e a conscientização das amplas maiorias populares no sentido de sua emancipação. É por esse motivo que, no FazArte, além das aulas regulares e preparatórias para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), realizam-se palestras, cine-debates, saraus e rodas de conversa sobre temas polêmicos e variados, sempre buscando fomentar o pensamento crítico e a grupalização dos participantes. É por essa razão, também, que o projeto conta com um grupo de estudos com os educadores, buscando estimular sua qualificação, seu protagonismo e sua autonomia.

À primeira vista, poder-se-ia dizer que se trata apenas de mais um pré-vestibular comunitário, uma vez que o Cursinho está voltado, fundamentalmente, aos processos de

aprendizagem e desenvolvimento de estudantes da Educação Básica e de baixa renda visando seu ingresso em instituições públicas de Ensino Superior brasileiras. Mas, o resgate da história do FazArte mostra que esse projeto de Extensão (e, recentemente, também de Pesquisa) vai muito além de um pré-vestibular comunitário ao buscar, mediante estratégias diversas de ensino e a partir de variados processos grupais, contribuir também para a conscientização desses estudantes quanto à sua condição de jovens trabalhadores, para sua organização política e para sua formação cultural.

No presente artigo, apresentamos um pouco da história desse projeto com o intuito de contribuir para a preservação de sua memória, para os debates atuais sobre Extensão e para a discussão sobre a importância da educação crítica e classista na transformação da Universidade brasileira num espaço democrático, inclusivo e, sobretudo, popular.

Universidade para Todos ou para Poucos?

Antes de falarmos sobre o FazArte, porém, é importante traçarmos algumas considerações sobre o caráter historicamente elitista e meritocrático das instituições públicas de Ensino Superior brasileiras. Isso porque a democratização do acesso a tais instituições e, particularmente, sua abertura às filhas e aos filhos da classe trabalhadora, embora não seja o único objetivo do projeto, é uma das metas almejadas por aquelas e aqueles que constroem, hoje, o Cursinho Popular Comunidade FazArte.

Desde ao menos 2003, quando a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) adotou um sistema de ações afirmativas, temos visto um forte movimento contrário à lei de cotas e, conseqüentemente, à inclusão, nas instituições públicas de Ensino Superior brasileiras, de filhas e filhos da classe trabalhadora brasileira (majoritariamente negra). Aliás, vale lembrar, de passagem, que no mês de agosto de 2021, em entrevista ao programa Sem Censura, da TV Brasil, o ministro da Educação Milton Ribeiro afirmou que as universidades deveriam ser “para poucos”, numa clara demonstração do elitismo e do meritocratismo que animam os representantes políticos de nossas classes dominantes.

Entretanto, a ideia da Universidade e das demais instituições públicas de Ensino Superior brasileiras como espaços de excelência, “para poucos”, não é recente. Desde a fundação da primeira Universidade do Brasil (a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 7 de setembro de 1920, por meio do Decreto n.º 14.343), este pensamento elitista e meritocrático tem vigorado, em que pesem todos os esforços empenhados, desde a Constituição Federal de 1988, na sua democratização (FERNANDES, 1975).

Esse elitismo, que assume formas variadas a depender da conjuntura e dos contextos histórico-sociais, têm reproduzido a Universidade e as demais instituições públicas de Ensino Superior brasileiras como espaços avessos a uma cultura democrática, inclusiva e, sobretudo, popular. Prova disso é que, no Brasil, o acesso à Educação Superior ainda é tratado como privilégio. Afinal, embora tenha havido uma expansão significativa do acesso, nos últimos vinte anos, somente 21% da população brasileira

tem acesso a este nível de ensino, sendo que, destes, apenas 24,6% estão em Universidades públicas (IBGE, 2010).

Vestibular/Enem: Mecanismo de Inclusão ou de Segregação?

Para a reprodução de seu elitismo, as instituições públicas de Ensino Superior brasileiras contam com um perverso mecanismo: o vestibular ou, mais recentemente, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Tais mecanismos, ao invés de contribuírem para a inclusão social e a democratização da educação, segregam e reforçam arcaicas estruturas de dominação presentes desde o início da história de nossa formação social. Isso porque, baseados na ideia de ranqueamento e fundado no princípio da meritocracia, o vestibular e o Enem ignoram as desigualdades entre os indivíduos concorrentes (ou melhor, vale dizer, colocados em competição e concorrência), contribuindo, dessa forma, para a reprodução das desigualdades sociais, que o sistema de Ensino Superior pretendia combater.

Segundo Lago (2013), a desigualdade de classe e as diferenças étnicas e geracionais têm seus reflexos em espaços e relações segregadas. Mediante elas, alguns grupos sociais ficam à margem da cidade e do acesso a bens e serviços públicos materiais e culturais.

Atualmente, a juventude dos estratos sociais mais pobres habita espaços segregados, distantes das regiões urbanas centrais, lidam cotidianamente com as dificuldades de deslocamento, de inserção nos espaços públicos e com a falta de participação política. Além disso, a população

adolescente não figura como protagonista nos cenários que deliberam os destinos da cidade, do trabalho e da sociedade.

O distanciamento desses jovens do processo político decisório reforça sua condição de segregados e contribui para que a inserção de parte dos jovens na vida social passe pelo envolvimento com atividades consideradas de risco, como os mercados informais, as atividades ilegais e a criminalidade.

A juventude é diretamente envolvida quando são apresentados índices elevados de violência e criminalidade. Ao observar as práticas dos agentes do sistema de justiça criminal, especialmente a dos policiais, fica perceptível que a juventude, quando negra, pobre e residente na periferia, carrega o estigma da suspeição. Sobre essa população, a sociedade projeta e personifica a culpa pela alta taxa de criminalidade, fazendo recair, desproporcionalmente, num público que também é vítima, a aplicação dos mecanismos punitivos legais. Esse fenômeno tem sido denominado por movimentos sociais e alguns intelectuais de “criminalização da juventude” (ONU-HABITAT, 2012).

Ao desconsiderar tais particularidades e desigualdades sociais, franqueando o acesso ao Ensino Superior apenas àquelas e àqueles que se submetem a uma avaliação universal e abstrata, os mecanismos de acesso ao Ensino Superior “incluem segregando”. Ratificam, por essa via, a exclusão e a desigualdade social.

É preciso lembrar, porém, que o vestibular não é um processo natural, mas o resultado de uma decisão político-econômica. No Brasil, ele é contemporâneo à criação de nossa primeira Universidade, estabelecendo-se

na década de 1920. Isso causa a impressão de que é coextensivo à ideia de Universidade e que, portanto, não haveria outra forma de acesso ao Ensino Superior. Todavia, sabemos que existem outras formas de concebermos o acesso ao Ensino Superior, como demonstra, por exemplo, o caso argentino (CARMO, 2018).

É verdade, porém, que temos observado alguns progressos no que se refere ao acesso ao Ensino Superior. Segundo Silva e Sampaio (2018), com a implementação das políticas de inclusão e a dilatação do sistema de Educação Superior no Brasil, temos vivido um processo de mudança no perfil dos estudantes universitários, dentre os quais estão jovens estudantes de origem popular ou pertencentes a grupos segregados, como quilombolas, indígenas, transgêneros, dentre outros. As autoras apresentam estudos recentes que têm identificado trajetórias de jovens estudantes provenientes dos meios populares, em diferentes cursos do ensino superior, ainda marcadas por “mecanismos de barreira” (p. 255) que dificultam o acesso e a permanência desses grupos nas instituições.

Mas, em que pesem tais progressos, o fato é que as contradições sociais, introjetadas e reforçadas pelos mecanismos meritocráticos de acesso, ainda fazem parte da realidade da grande maioria de nossas instituições públicas de Ensino Superior brasileiras. Segundo Florestan Fernandes, “A universidade não deve erigir-se num fosso que separa o jovem e o isole do fluxo da reconstrução social. Ela deve servir como o verdadeiro fulcro de um estado de participação social consciente e responsável” (FERNANDES, 1975, p. 31). Não é essa, porém, a realidade de nossas instituições públicas de Ensino Superior brasileiras, e

é exatamente por conta da permanência de tais contradições que temos visto um forte questionamento, por parte de vários movimentos sociais, da legitimidade dos processos seletivos.

Breve Reflexão sobre os Cursinhos Populares no Brasil

Os cursinhos populares surgem, no Brasil, com o objetivo de democratizar o acesso à Universidade Pública. Uma revisão de literatura realizada recentemente (VIEIRA; MOZZER, 2019) mostrou que, historicamente, o movimento de cursinhos populares está associado à desigualdade de acesso ao ensino superior brasileiro, particularmente aos pobres e afrodescendentes. Dulce Whitaker (2010), por sua vez, apresentou uma discussão histórica e sociológica sobre os cursinhos populares no Brasil. A autora situou a origem do movimento do Cursinho Popular no país no final da década de 1960, citando como exemplo o cursinho do Centro Acadêmico, da Faculdade de Filosofia do interior do Estado de São Paulo, em 1965, e o Cursinho do Centro Acadêmico, na USP de São Carlos. Segundo a autora,

(...) os Diretórios Acadêmicos das universidades vinham criando cursinhos de baixo custo, no qual lecionavam os próprios alunos da graduação, uma aplicação interessante das verbas a eles reservadas, o que beneficiava duplamente os jovens mais necessitados – candidatos sem recursos para pagar mensalidades caras e alunos universitários pobres, carentes de dinheiro para se manter (p. 294).

Os estudos de Whitaker (2010) mostraram que os cursinhos pré-vestibulares comunitários, cuja expansão deu-se a partir de 1990, não se iniciaram por uma política pública e gratuita dos governos estaduais ou federal, mas derivaram dos movimentos sociais a partir de alunos dos Diretórios Acadêmicos das Universidades Públicas, organizações não-governamentais (ONG), associações de bairros, sindicatos e igrejas. Estes, de acordo com Whitaker, realizaram projetos de cursinhos especificamente para jovens de baixa renda e oriundos do Ensino Médio público, com a finalidade de amenizar a desigualdade de acesso à educação pública superior.

Pereira, Raizer e Meirelles (2010) afirmam que, na década de 1990, a experiência do pré-vestibular para negros e carentes (PVNC), no Rio de Janeiro, serviu de parâmetro para o surgimento dessas iniciativas. Segundo os autores,

O contato dos estudantes desses núcleos com universitários, pós-graduandos e até mesmo docentes das Universidades constitui um ambiente rico em vivências, e trocas de ideias que aproximam o trabalhador da realidade acadêmica e do sonho de obter um título de ensino superior (p. 8).

Nesse contexto de iniciativas, Whitaker (2010) afirma que a expansão de cursinhos populares insere-se num quadro geral de políticas públicas, ações afirmativas, luta contra desigualdades e preconceitos, mas aponta uma preocupação em relação aos cursinhos no que tange às práticas pedagógicas desprovidas de estratégias didáticas, permeadas por conteudismos e práticas antipedagógicas dirigidas à simples memorização.

Concordamos com a autora que a função de um cursinho popular não pode ser somente a preparação para o vestibular ou Enem, mas possibilitar uma formação crítica sobre a realidade e a construção objetiva de um projeto de vida.

Para Whitaker (2010), um caminho seria o emprego da orientação profissional, realizada por psicólogo ou psicopedagogo, buscando auxiliar o jovem no conhecimento de suas possibilidades, no conhecimento e atualização sobre as profissões almeçadas, áreas de atuação e mudanças no mercado de trabalho, diminuindo assim, os índices de desistência.

Portanto, a autora aponta a universalização da orientação profissional como uma prática fundamental para a garantia do funcionamento dos cursinhos populares como ação afirmativa.

Além de uma compreensão histórica, política e filosófica sobre cursinhos populares no Brasil, Whitaker (2010) tem um olhar atento para as possibilidades de formação do jovem pertencente a grupos sociais desfavorecidos, sugerindo intervenções por meio de ações afirmativas que visem atribuir direitos iguais a grupos da

sociedade que são oprimidos ou sofrem com as sequelas do passado de opressão.

No entanto, o questionamento de Vargas (2010) e de Silva e Sampaio (2018) sobre a democratização do sistema educacional superior brasileiro, sob o prisma da justiça e igualdade de direitos, que se mostra atravessado pelas estruturas de diferenciação social e hierarquia dos cursos, chama atenção para os limites da orientação profissional. Isso porque a escolha de uma carreira e a formação de uma identidade profissional não se relacionam apenas com aptidões, desejos e preferências da pessoa, mas também com suas condições objetivas e subjetivas de vida e, principalmente, com as crenças e concepções sobre o seu lugar de valor social, que regulam suas trajetórias e projetos de vida. Sendo assim, a orientação profissional apresenta-se como uma estratégia de autoconhecimento e informação importante, mas somente a reflexão crítica da realidade social pode possibilitar um verdadeiro protagonismo e emancipação dos jovens no contexto da educação popular. E é aí que a educação popular pode fazer diferença.

Cursinhos Populares e Educação Popular

A história dos cursinhos populares é parte da história mais geral da educação popular. A história da educação popular, por sua vez, é parte integrante da história da classe trabalhadora brasileira e latino-americana. Afinal, conforme assinalaram Falcão, Boechat e Pimentel (2020, p. 73-74),

A Educação Popular é um produto histórico das lutas da classe trabalhadora. Concretamente, ela é o resultado contraditório dos esforços da classe produtora da riqueza social na direção de sua inserção na ordem, de sua sobrevivência dentro da ordem, mas também de sua conscientização para a luta revolucionária e emancipatória e, portanto, parte de sua luta contra a ordem.

Com efeito, o FazArte tem revelado, ao longo de sua história, esse caráter contraditório da educação popular. Isso porque, nele, temos observado que se chocam o interesse pela inclusão numa ordem social que nos aliena e desumaniza e o interesse pela superação dessa mesma ordem a partir de uma reflexão crítica sobre a realidade, de uma reflexão que compreenda que

uma das tarefas fundamentais de uma educação que seja política [...] é exatamente a de possibilitar o exercício no ato de conhecer o mundo, de conhecer o real, o concreto, da vida social, de desocultar pedaços ocultados do mundo pela ideologia dominante (FREIRE, 2018, p. 99).

Aliás, de acordo com Freire, a prática educativa deveria sempre perseguir o objetivo de desocultar o mundo, gerando um novo nível de percepção da realidade. Entretanto, para Freire (2018), a percepção não é individual, mas “uma apreensão social do real”, “a percepção é profundamente ideológica”, “por isso mesmo a percepção é de classe” (p. 105). Portanto, de acordo com sua pedagogia,

[...] uma primeira coisa que o educador popular tem que fazer [...] é ver até que ponto é possível fazer com que a percepção se perceba [...] possibilitar que o grupo de educandos perceba como percebe. [...] Ao descobrir como percebe, porque percebe, que pode perceber diferente (FREIRE, 2018, p. 106)

As palavras de Freire vinculam a educação popular a processos emancipatórios, de libertação, conquistados pela

conscientização e pela luta política. Porém, não se pode confundir educação popular como extensão de democratização da educação, porque “nem todas as políticas de acesso à educação destinada aos populares são, necessariamente, espaço de ‘educação popular’ no sentido político que se lhe atribui nos processos emancipatórios” (STRECK *et al*, 2014, p. 33).

Segundo Streck *et al* (2014), pode-se observar, no Brasil, processos de fortalecimento institucional da Educação Popular a partir de 2007, com sua inserção nas políticas públicas, como “uma ciência aberta às necessidades e causas populares” (p. 49). Tais autores definem, então, a educação popular da seguinte maneira: “um processo de produção de conhecimento, voltado para a liberdade e para a democracia, que se recusa ao autoritarismo, manipulação e ideologização reproduzidas na lógica da educação de mercado” (STRECK *et al*, 2014, p. 49).

Breve História do Cursinho Popular Comunidade Fazarte

Conforme já antecipamos, o Cursinho Popular Comunidade FazArte surgiu em 2005, fora dos muros da UFG, mas, em poucos anos, transformou-se num dos maiores projetos de Extensão dessa Universidade. Nascido da iniciativa do historiador Fernando Viana e da produtora cultural Patrícia Vieira, o projeto visava, de início, a descentralização da cultura, a democratização do acesso ao patrimônio cultural, formal ou informal, e a criação de um espaço físico em que as maiorias populares goianas pudessem expressar e se apropriar de sua cultura.

No seu primeiro ano, o projeto contou com o apoio da Lei municipal de incentivo à cultura de Goiânia. Tendo sido cadastrado e aprovado, o projeto foi inaugurado com exposições artísticas, as quais contaram com a participação da Escola de Circo Laheto (LELES, 2018) e o Grupo de percussão do Coró de Pau, bandas locais, exposição de obras de artistas da comunidade, oficinais de teatro, entre outras atividades.

Entre 2005 e 2006, o diálogo com a Faculdade de Comunicação da UFG e diversos grupos organizados da cidade de Goiânia resultou na criação de uma rádio comunitária. Além disso, oficinas de arte-educação foram realizadas, contando, entre suas atividades, com rodas de capoeira, teatro e música.

Vale assinalar que o apoio da Escola de Circo Laheto foi bastante importante para dar visibilidade e sustentação ao projeto, em seus primeiros passos. Afinal, a lona da Escola de Circo abrigou as atividades do projeto ao longo de um ano, durante o período em que o projeto contou com o apoio da Lei municipal de incentivo à cultura.

Com o fim desse apoio, estudantes da licenciatura da UFG deram início à discussão sobre a continuidade do projeto e, em 2006, propuseram de criação de um cursinho comunitário que pudesse servir de experiência para os estudantes de licenciatura da UFG.

Foi, portanto, em 2006, que o Cursinho Popular Comunidade FazArte integrou-se à UFG como projeto de Extensão. Desse movimento, participaram estudantes dos mais variados cursos (história, matemática, geografia...), os quais, a partir de seu empenho e sua dedicação militante,

estruturaram um projeto decisiva e conscientemente voltado à defesa da educação popular.

Já nos seus primeiros anos, o projeto contava com mais de trezentos estudantes matriculados. Funcionando com muitas turmas, durante toda a semana, à noite, o projeto contou com o apoio da estrutura da UFG: não apenas a estrutura física, mas com o apoio para a impressão de material didático, além de bolsas para os estudantes que participavam como educadores.

Seu funcionamento baseado na autogestão contou com a colaboração de vários docentes, os quais assinavam a coordenação do projeto, mas sempre trabalhavam em conjunto com estudantes da UFG. Aliás, diga-se de passagem que a imensa maioria dos estudantes que participaram da coordenação do projeto mantiveram-se na vida política, demonstrando seu papel formador e organizativo.

Entre os anos de 2009 e 2010, conflitos e divergências quanto ao rumo do projeto começaram a surgir. Conforme dissemos, o projeto sempre pretendeu ser mais do que um cursinho preparatório para o vestibular. Afinal, desde sua origem, buscou realizar uma crítica contundente do modelo de universidade que exclui sistematicamente as filhas e os filhos da classe trabalhadora. No entanto, o formato “voluntarista” e “assembleista” do cursinho, nos seus primeiros anos, possibilitou a entrada de educadores com perspectivas ideológicas e pedagógicas nem sempre afinadas com sua intencionalidade original. Esse movimento, no momento em que o projeto tinha a maior inserção na comunidade, com mais de mil inscrições anuais

sendo realizadas, fomentou a disputa pela direção do projeto.

Nesse período, de disputa política interna, existiam, basicamente, três grupos. O primeiro era formado por professores que defendiam que o projeto não deveria ter uma carga política muito grande em seu conteúdo. Para eles, o que importava era preparar os estudantes para o vestibular e aumentar os números de aprovados nestes processos seletivos. Aliás, alguns dos membros desse grupo acabaram vinculando-se a cursinhos comerciais, vendo no FazArte uma grande oportunidade para aliciar estudantes para seus cursinhos privados. O segundo era composto por militantes de organizações políticas que viam no projeto uma grande vitrine política dentro da universidade. O terceiro, um grupo de educadores que participou da criação do projeto e que resistiram às tentativas de mercantilização e de uso proselitista do Cursinho.

Buscando garantir o caráter popular do projeto e sua intencionalidade original, mas apropriando-se, também, do aprendizado realizado na construção comum do Cursinho, esse terceiro grupo promoveu reuniões e assembleias para que as disputas políticas pela direção do projeto fossem tornadas públicas. Desse esforço resultou, no ano de 2011, uma Carta de Princípios. Aprovada em assembleia no dia nove de agosto de 2011 por estudantes, professores e a coordenação do Cursinho, constavam nela os seguintes princípios:

1- O projeto comunidade Fazarte surgiu em 2005 por iniciativa de moradores do conjunto Itatiaia e estudantes da UFG enquanto projeto de arte e educação. Desde 2007 tornou-se projeto de extensão da Universidade fortalecendo o cursinho pré-vestibular popular.

2- O coletivo de educadores do projeto Comunidade FazArte partilha de uma concepção de educação engajada, por isso se identifica como cursinho militante em oposição aos cursinhos comerciais. Neste sentido, a educação não é compreendida como uma mercadoria e sim um direito social.

3- Por ser uma proposta de educação popular, é tanto um movimento educacional quanto um movimento social. Enquanto movimento educacional visa construir uma educação alternativa e emancipatória. Enquanto movimento social tem como objetivo a luta das classes populares em busca da universalização do acesso à educação pública e a solidariedade para com os outros movimentos sociais.

4- Repudiamos qualquer prática de intolerância como racismo, machismo, xenofobia e homofobia.

5- O projeto comunidade FazArte tem uma organização compartilhada, cujos princípios são a divisão de responsabilidades e a autogestão. Desta maneira, os trabalhos desenvolvidos dentro das atribuições de cada função devem possuir caráter educativo.

6- Prima-se internamente pela democracia direta, em que todos do projeto têm direito a voz e voto. Em casos extraordinários, sem possibilidade de reunião, a coordenação geral deve tomar decisões. Sendo que as decisões tomadas pela coordenação podem ser revistas em reunião pelo coletivo.

7- As decisões polêmicas, com respeito aos princípios e à autonomia do projeto, devem ser tomadas de forma coletiva.

8- Haverá reuniões ordinárias bimestralmente, sendo duas reuniões a cada semestre. A coordenação geral deve convocar reuniões extraordinárias.

9- É princípio que todos os membros do projeto participem do curso de formação.

A partir de 2016, a coordenação do projeto dedicou-se a estudar a história, os métodos e os princípios da Educação Popular, tomando como base o livro **Educação Popular em busca de alternativas**, de Conceição Paludo (PALUDO, 2001). Essa leitura, somada ao acúmulo teórico-político dos educadores no que se refere à crítica da estratégia

democrática-popular, permitiu que fosse repensada a direção dada ao projeto.

Optou-se, a partir dessas reflexões, que os educadores do FazArte fossem recrutados entre aqueles com maior afinidade com sua intencionalidade política: a formação cultural e a emancipação das maiorias populares. Esperava-se, com isso, evitar que novos grupos políticos pudessem formar-se no interior do cursinho na intenção de desviar sua intencionalidade originária; assegurar a qualidade do projeto, pela competência organizativa e intelectual dos seus educadores-militantes; reorganizar militantes da educação e da cultura dispersos em consequência da fragmentação política correspondente à crise da estratégia democrática-popular.

Em 2016, uma nova Carta de Princípios, mais enxuta, foi proposta. Dizia o documento:

A educação popular é a educação da classe trabalhadora pela classe trabalhadora no interesse da emancipação da classe trabalhadora. Tudo mais é proselitismo e assistencialismo.

A educação popular não deve ser tratada como mercadoria, voltada apenas para quem pode pagar por ela, mas entendida e defendida como direito social, conquistado a duras penas pela nossa classe.

Somos inteiramente contrários a qualquer prática de intolerância, como o racismo, machismo, xenofobia, homofobia e transfobia.

Enquanto movimento social, a educação popular deve ser solidária aos demais movimentos sociais igualmente engajados na emancipação da classe trabalhadora.

É dever de todo educador popular formar-se e informar-se continuamente para melhor defender os interesses de sua classe. Sem formação, não há emancipação.

É dever da coordenação zelar pela socialização da política no interior da Comunidade FazArte, incentivando e viabilizando permanentemente a divisão de responsabilidades.

Dificuldades, evidentemente, permanecem. Uma das maiores dificuldades e desafios enfrentados nesses dezesseis anos de existência, tem sido manter a participação dos educadores populares, em função do acúmulo de atividades para a realização satisfatória dos seus cursos de graduação. Apesar da Universidade Pública estar alicerçada no tripé ensino, pesquisa e extensão, a maior parte dos cursos ainda é extremamente conteudista, privilegiando as atividades dentro da sala de aula, abrindo pouco espaço para alunos e professores se dedicarem a outras atividades.

Outra dificuldade que temos enfrentado diz respeito à elaboração e distribuição de material didático para o bom funcionamento do Cursinho (canetas, pastas, armários, recursos para fotocópias de simulados e listas de exercícios, dentre outros), dificuldade que se agrava com os ataques do atual governo às Universidades Públicas e com o “teto de gastos”, que sufoca e sucateia as instituições públicas de Ensino Superior brasileiras.

Outra dificuldade enfrentada é o alto grau de evasão dos alunos do Cursinho, fenômeno que acontece também em outros cursinhos populares. Segundo nossa avaliação atual, esse fenômeno dá-se em função de múltiplos fatores: a elevada carga horária do Cursinho; o número reduzido de educadores populares; a falta de motivação e esperança de entrar na universidade pública em face da precarização da vida social; dificuldades de deslocamento até o Campus, dentre outros fatores.

Uma última dificuldade detectada é o fato do espaço físico onde acontecem as aulas ser muito distante da

Faculdade de Educação, unidade na qual estão lotadas as coordenadoras da ação.

Apesar dessas dificuldades, o Cursinho Popular Comunidade FazArte continua a se apresentar como uma alternativa de acesso à UFG e a outras instituições públicas de Ensino Superior brasileiras. A ação, cadastrada recentemente como um Projeto de Extensão (MOZZER; VIEIRA, 2018), integra também um Projeto de Pesquisa (VIEIRA; MOZZER, 2019) e, de forma colaborativa, têm promovido um espaço de produção de conhecimento e um palco de inserção social, de formação acadêmica e de desenvolvimento humano. Para além disso, o Cursinho tem sido concebido como uma oportunidade para os alunos das Licenciaturas da UFG obterem experiência no magistério do Ensino Médio (EM), além de desenvolver nos estudantes do EM maior consciência crítica e protagonismo. Os egressos do Cursinho, ao ingressarem na Universidade, têm se mostrado sensíveis a esta ação, retornando a ela como voluntários não só para ministrar aulas, como também para trabalharem em sua organização. Este dado sinaliza que temos conseguido desenvolver nos alunos não só aspectos cognitivos e intelectuais, que os levam até à Universidade, mas também aspectos afetivos, sociais e políticos.

Considerações finais

A partir do diálogo com a comunidade local, que não tem acesso à Universidade, o Cursinho Popular Comunidade FazArte busca contribuir para a construção de uma Universidade popular, isto é, uma Universidade pública, gratuita, laica, de qualidade, sim, mas que esteja voltada à

defesa dos interesses das amplas maiorias populares e, portanto, à defesa dos interesses da classe trabalhadora brasileira.

O projeto busca, ainda, ampliar o olhar dos processos educacionais meramente tecnicistas e de preparação para o “mercado de trabalho”, procurando superar o reducionismo que identifica trabalho e mercado de trabalho; tematizando as contradições, interesses e modismos que interpenetram a Educação em uma sociedade marcadamente classista e fragmentária do saber e do fazer (LOBO, 2009). Buscam, portanto, ultrapassar o caráter meramente tecnicista da educação e apontar possibilidades críticas no trato com os conteúdos da Educação Básica.

Dessa forma, o Cursinho Popular Comunidade FazArte promove educação popular. Trabalhando em um processo de autogestão, forma licenciandos e egressos como militantes instigados pelo desejo de transformação, que lutam juntos por direitos e por uma educação menos desigual. Isso é, seguramente, um diferencial do FazArte e de todos os cursinhos populares que visam a ruptura do mero assistencialismo (FREIRE, 1980). Afinal, além do preparo para o Enem, a dinâmica organizativa aponta para a interação entre professores, quilombolas, indígenas, estudantes pobres e excluídos do acesso ao Ensino Superior e por outras diversas opressões, como a de gênero, orientação sexual e raça.

Sua perspectiva funda-se no diálogo com autores como Paulo Freire (1980), Mauro Iasi (2001) e Demerval Saviani (1987), no que concerne às contribuições para uma educação emancipadora, valorizando saberes prévios do povo e suas realidades culturais na construção de novos

saberes, pela mediação dos conteúdos do ensino básico, mas expressados através de dramatizações pedagógicas críticas e conceitos da economia política. Nesse sentido, a realização dos projetos de extensão e pesquisa do Cursinho Popular Comunidade FazArte caminham aliados a uma proposta de ensino diferenciada, construída de forma dialógica, consciente e comprometida com a formação integral de seus participantes.

Referências

CARMO, MARCIA. COM FACULDADES PÚBLICAS E SEM VESTIBULAR, ARGENTINA ATRAI CADA VEZ MAIS UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS. **BBC News**, BRASIL, 16 ABR. 2018. DISPONÍVEL EM [HTTPS://WWW.BBC.COM/PORTUGUESE/BRASIL-43644403](https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43644403) ACESSO EM: 24 SET. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **CENSO BRASILEIRO DE 2010**. RIO DE JANEIRO: IBGE, 2010.

FALCÃO, ANA TAISA DA SILVA; BOECHAT, FILIPE MILAGRES; PIMENTEL, MARIA DAS DORES MENDES. EDUCAÇÃO POPULAR E LUTA DE CLASSES. *IN*: BARBOZA, D. R.; BOTELHO J. (ORGS.). **LUTAS SOCIAIS E A OFENSIVA DO CAPITAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA**. UBERLÂNDIA, NAVEGANDO PUBLICAÇÕES, 2020.

FERNANDES, FLORESTAN. **UNIVERSIDADE BRASILEIRA: REFORMA OU REVOLUÇÃO?** SÃO PAULO: ALFA- OMEGA, 1975.

FREIRE, PAULO. **CONSCIENTIZAÇÃO: TEORIA E PRÁTICA DA LIBERTAÇÃO: UMA INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO DE PAULO FREIRE**. 3ª ED. SÃO PAULO: MORAES, 1980.

_____. **PEDAGOGIA DO COMPROMISSO: AMÉRICA LATINA E EDUCAÇÃO POPULAR**. RIO DE JANEIRO/ SÃO PAULO: PAZ E TERRA, 2018.

IASI, MAURO LUIS. **PROCESSO DE CONSCIÊNCIA**. 2ª ED. SÃO PAULO: CPV, 2001.
LAGO, MARILÚCIA P., DA TRANSGRESSÃO À CRIMINALIZAÇÃO: O DESTINO DO ADOLESCENTE NA SOCIEDADE DA INDIFERENÇA. *IN*: LAGO, M. P., MOZZER, G.N.S., SANTIBANEZ, D. A. **ADOLESCÊNCIA: TEMORES E SABERES DE UMA SOCIEDADE EM CONFLITO**. CÂNONE, EDITORIAL, GOIÂNIA, 2013.

LELES, MARILIA TEODORO DE. A FORMAÇÃO DO ARTISTA CIRCENSE GOIANO: OLHARES E DESLOCAMENTOS ENTRE O CIRCO BASILEU FRANÇA E O CIRCO LAHETO. DISSERTAÇÃO (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PERFORMANCES CULTURAIS) – FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, GOIÂNIA, 2018

LOBO, PITIAS ALVES. NÚCLEO DE EDUCAÇÃO POPULAR 13 DE MAIO: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO POLÍTICA DA CLASSE TRABALHADORA. DISSERTAÇÃO (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO) – FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, GOIÂNIA, 2009.

MOZZER, GEISA NUNES DE SOUZA; VIEIRA, ALESSANDRA OLIVEIRA MACHADO. **CURSINHO POPULAR COMUNIDADE FAZARTE**. 4F. PROJETO DE EXTENSÃO - FACULDADE DE EDUCAÇÃO, UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, GOIÂNIA, 2018.

ONU-HABITAT. **ESTADO DE LAS CIUDADES DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE 2012. RUMBO A UNA NUEVA TRANSICIÓN URBANA**. PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS ASENTAMIENTOS HUMANOS, 2012.

PALUDO, CONCEIÇÃO. **EDUCAÇÃO POPULAR EM BUSCA DE ALTERNATIVAS: UMA LEITURA DESDE O CAMPO DEMOCRÁTICO E POPULAR**. POA, TOMO EDITORIAL & CAMP, 2001.

PEREIRA, THIAGO I.; RAIZER, LEANDRO; MEIRELLES, MAURO. A LUTA PELA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: O CASO DOS CURSINHOS POPULARES. **REP - REVISTA ESPAÇO PEDAGÓGICO**, v. 17, n. 1, PASSO FUNDO, JAN./JUN. 2010.

SAVIANI, DERMEVAL. **ESCOLA E DEMOCRACIA**. 17ª. ED. SÃO PAULO: CORTEZ/AUTORES ASSOCIADOS, 1987.

SILVA, S. A. DA, SAMPAIO, S. M. R. CURSOS DE ALTO PRESTÍGIO SOCIAL E ESTUDANTES DE ORIGEM POPULAR: SELETIVIDADE E DEMOCRATIZAÇÃO. *In*: SOUZA, V. L. T. DE ET AL. **PSICOLOGIA ESCOLAR CRÍTICA: ATUAÇÕES EMANCIPATÓRIAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS**. CAMPINAS, SP: EDITORA ALÍNEA, 2018, p. 249-264.

STRECK, D. R. ET AL. **EDUCAÇÃO POPULAR E DOCÊNCIA**. SÃO PAULO: CORTEZ, 2014.

VARGAS, H. M. SEM PERDER A MAJESTADE: "PROFISSÕES IMPERIAIS" NO BRASIL. **ESTUDOS DE SOCIOLOGIA**, ARARAQUARA, v. 15, n. 28, p. 107-124, 2010. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://PERIODICOS.FCLAR.UNESP.BR/ESTUDOS/ARTICLE/VIEW/2553/2173](https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/2553/2173). ACESSO EM: 22 AGO. 2021.

VIEIRA, ALESSANDRA OLIVEIRA MACHADO; MOZZER, GEISA NUNES DE SOUZA. **A EXPERIÊNCIA DO CURSINHO POPULAR COMUNIDADE FAZARTE-UFG NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES**. 26f. PROJETO DE PESQUISA - FACULDADE DE EDUCAÇÃO, UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, GOIÂNIA, 2019.

WHITAKER, DULCE C. A. DA "INVENÇÃO" DO VESTIBULAR AOS CURSINHOS POPULARES: UM DESAFIO PARA A ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL. **REVISTA BRASILEIRA DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL**. VOL 11, Nº 2, 289-297, JUL-DEZ 2010.